



SEÇÃO: DOSSIÊ

As Humanidades Ambientais: emergência, características e sua contribuição para a historiografia brasileira

The Environmental Humanities: emergence, features and contribution to Brazilian historiography

Bianca Letícia de Almeida¹

orcid.org/0000-0002-8660-9559
b.almeida@unifesp.br

Recebido em: 27/4/2020.

Aprovado em: 23/7/2020.

Publicado em: 21/12/2020.

Resumo: O objetivo desta resenha é analisar *The Environmental Humanities: A Critical Introduction* (2017), de Robert S. Emmett e David E. Nye, ainda sem tradução para o português. Por meio do que é discutido no livro e de informações externas, essa resenha tem a intenção de apresentar as Humanidades Ambientais para pesquisadores brasileiros, sobretudo historiadores, e incentivar discussões e buscas de soluções para problemas ambientais locais. Isso pode ser alcançado por intermédio de pesquisas científicas interdisciplinares em diálogo com movimentos sociais, artistas, opinião pública e outras esferas da sociedade.

Palavras-chaves: Humanidades Ambientais. História ambiental. Movimento ambiental.

Abstract: The aim of this review is to analyze *The Environmental Humanities: A Critical Introduction* (2017), by Robert S. Emmett and David E. Nye, not translated to Portuguese yet. Considering the book's discussion and other external information, this review's intention is to present the Environmental Humanities to Brazilian scholars, especially historians, and to motivate discussions and solutions to local environmental problem. This can be reach by interdisciplinary scientific researches in dialog with social movements, artists, public opinion and other social organizations.

Keywords: Environmental Humanities. Environmental history. Environmental movement.

EMMETT, Robert S.; NYE, David E. **The Environmental Humanities: A Critical Introduction**. Cambridge: MIT Press, 2017. 216 p.

A obra *Environmental Humanities: a critical introduction*, publicada pela MIT Press e escrita por Robert S. Emmett e David E. Nye, tem como objeto as Humanidades Ambientais, um campo com características interdisciplinar e internacional, que começou a criar forma no início do século XXI. Esta resenha tem o objetivo de apresentar e de analisar os principais pontos do livro, trazendo as discussões traçadas para o Brasil e, especialmente, para os historiadores.

As experiências diversas dos autores, além de enriqueceram as discussões do livro, mostram como é possível trabalhar em parceria com diversas áreas. David E. Nye é pesquisador de História da Ciência e Tecnologia, na Universidade de Minnesota, e professor de Estudos Americanos, na Universidade da Dinamarca do Sul. Entre os seus temas principais de pesquisa



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Guarulhos, SP, Brasil.

estão: trabalho, consumo e história da tecnologia e energia elétrica.² É autor de diversos livros, entre eles *Electrifying America* (1990), *America's Assembly Line* (2013) e *American Illuminations* (2018). Já Robert S. Emmett, é diretor do programa acadêmico do internacional *Rachel Carson Center for Environment and Society* e professor assistente visitante de Estudos Ambientais em Roanoke College (Virgínia, EUA). Suas pesquisas giram em torno dos seguintes assuntos: memória, mídia digital, novela de protesto, ecologia urbana e zonas de extração.³ Publicou *Cultivating Environmental Justice: A Literary History of U.S. Garden Writing*, em 2016.

O objetivo dos pesquisadores foi de apresentar as Humanidades Ambientais no que se refere à sua origem, temas, conceitos principais, iniciativas vindas principalmente da Europa Ocidental, Austrália e EUA, e a relação com outros estudos – como o pós-colonial e o feminismo. Conforme os autores indicaram, não tiveram a intenção de defender algum método ou ideologia específica, nem apresentar soluções prontas, mas mostrar o trabalho que os humanistas têm feito (EMMETT; NYE, 2017, p. 1-2). Ainda que, por diversas vezes, haja pronunciamentos em tom de manifesto, indicando que há premissas em comum dentro da área, como a afirmação que o aquecimento global é real (2017, p. 1); que os humanos não possuem direitos especiais em relação às outras espécies (2017, p. 11); e que as culturas ocidentais não são superiores às outras (2017, p. 11).

O argumento principal do livro, e que fundamenta o campo científico, é de que as humanidades têm um papel crucial para investigar e solucionar problemas ambientais (EMMETT; NYE, 2017, p. 2). Atuam desde a projeção de novas comunidades e a revitalização de cidades mais antigas, até em análises culturais, já que se entende que a solução para o desgaste ambiental não está meramente na criação de novas tecnologias, mas em entender questões culturais e políticas. Dessa forma, é menos no conhecimento científico e mais na realidade social que as mu-

danças acontecem, sendo o real desafio propor alterações em planos políticos, diplomáticos e no cotidiano das pessoas, porque não basta possuir aparato tecnológico se ele não for aplicado. Algumas sugestões de pesquisa, neste sentido, são entender por que o uso de energia *per capita* dos EUA é quase o dobro da Europa inteira; o que faz os cidadãos escolherem o seu meio de transporte principal; e como é problemático cidades se dizerem “verdes” quando descartam o seu lixo em países emergentes.

A tese é desenvolvida no decorrer das 216 páginas, divididas em oito capítulos. No primeiro, como uma espécie de introdução, Nye e Emmett discorrem sobre a emergência do campo; e, no segundo, trazem discussões sobre o meio ambiente no que se refere mais à perspectiva geográfica. Assim, discutiu-se o conceito de *place*, que traz um senso de pertencimento com o espaço ao invés de só vê-lo como fonte de economia, os perigos do ecoturismo e uma discussão sobre *New Wilds*. O capítulo três apresenta o consumo de energia e de experiências de cidades sustentáveis. O papel da ciência e as possibilidades de contribuir ou causar danos na natureza foi explorado no quarto capítulo; no seguinte, discutiu-se as visões negativas sobre o Antropoceno; e, no sexto, as práticas alternativas que preservam a natureza. No sétimo capítulo, foram abordados como as humanidades ambientais podem desconstruir a noção de “humano”, pautadas em discussões do novo materialismo, estudos feministas, críticas pós-coloniais, ecologia *queer* e *animal studies*. No capítulo oito, como conclusão, os autores apontaram algumas condições para que as humanidades ambientais sejam bem recebidas e praticadas, bem como possíveis críticas e limitações.

Conforme bem observou Roman Bartosch, em uma resenha em inglês sobre o livro, Nye e Emmett abordaram diversos temas introdutórios, não seguindo ordem cronológica ou metodológica, e superaram o desafio de quais assuntos

² THE MIT PRESS (Cambridge). David E. Nye. [201-?]. Disponível em: <https://mitpress.mit.edu/contributors/david-e-nye>. Acesso em: 4 nov. 2019.

³ RACHEL CARSON CENTER FOR ENVIRONMENT AND SOCIETY (Munich). Dr. Robert Emmett. 2019. Disponível em: https://www.carsoncenter.uni-muenchen.de/staff_fellows/archive/robert_emmett/index.html. Acesso em: 4 nov. 2019.

escolher e com qual profundidade de duas formas. Primeiramente, apontaram como entendimento básico, que as ciências ambientais têm como denominador conceitual comum a mudança climática do Antropoceno e, em segundo lugar, reivindicaram a contribuição das humanidades em debates epistemológicos, éticos e políticos sobre a mudança ambiental (BARTOSCH, 2019, p. 1).

Ademais, além de discussões teóricas que podem priorizar visões sobre o ambiente no que tange à perspectiva geográfica de conservação do mundo natural e na interação entre humanos e natureza, durante todo o livro houve a preocupação em trazer exemplos concretos de questões, iniciativas e estudos de diversas partes do mundo. Em relação ao Brasil, foi citado, por exemplo, o trabalho *Genesis* de Sebastião Salgado como uma iniciativa que lida com a questão "*wilderness and wilds*" de forma não centrada em uma genealogia euro-americana (EMMETT; NYE, 2017, p. 42-44); o movimento Sem Terra (MST) como exemplo de grupo que luta pela reforma agrária (2017, p. 120); e o programa de reciclagem de Curitiba, onde os seus residentes podem trocar 1kg de lixo orgânico por vegetais frescos (2017, p. 122).

Por justamente se tratar de um livro introdutório, ele é recomendado, conforme apontaram os próprios autores, para qualquer pessoa interessada no ecocriticismo, mesmo que não esteja de alguma forma vinculada à academia, já que as humanidades ambientais lidam com o cotidiano e ações práticas, não concernentes somente para pesquisadores. Ademais, é preciso ressaltar que a crítica ambiental, que tomou fôlego a partir dos anos 1970, veio das ruas, isto é, de movimentos sociais (FERRI, 2017). O grande impulso foi o perigo iminente de que a vida humana poderia acabar, seja pelo esgotamento de recursos naturais, poluição e suas consequências, envenenamento por substâncias químicas, entre outros fatores. Desta forma, a pauta ambiental entrou em discussões na opinião pública, em produções artísticas, em movimentos sociais e na academia. Todos descrevendo e buscando meios de solucionar o problema.

A respeito da origem do campo, Nye e Emmett

apontam que as Humanidades Ambientais surgiram da confluência de departamentos, como o de literatura, filosofia, história, geografia, estudos de gênero e antropologia (2017, p. 3). Duas iniciativas simultâneas colocaram pela primeira vez esses estudos em diálogo entre si e com discussões ambientais: uma veio de pesquisadores australianos que usaram o nome "ecological humanities" e a outra partiu do Massachusetts Institute of Technology (MIT), que promoveu o *Workshop on Humanistic Studies of the Environment*, entre 1991 e 1995 (2017, p. 3). Desde 2010, o consenso girou em torno do nome *Environmental Humanities*. Inicialmente, seus pesquisadores eram da Austrália, dos EUA e da Europa Ocidental, porém atualmente, já existem acadêmicos em todos os continentes (2017, p. 4-5). No momento de escrita desta resenha, foram encontradas poucas iniciativas brasileiras em uma busca pela *internet*. Uma delas foi a Conferência Humanidades Ambientais e Ambientes Humanizados, realizada na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2018.

É interessante mencionar que diversas universidades nos EUA e na Austrália possuem programas de pós-graduação em Humanidades Ambientais. O da Universidade de Nova Gales do Sul, em Sidney, por exemplo, inclui diversas áreas, como filosofia e ética ambiental, história ambiental e política ambiental. De caráter internacional, foi fundada em 2012 a revista *Environmental Humanities*, coordenada de maneira colaborativa por diversas universidades do Canadá, da Suécia, da Austrália e dos EUA – um indicio do crescimento do novo campo. Em relação ao Brasil, em 2002 foi criada a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas), que congrega cerca de 40 centros de pesquisa em meio ambiente e sustentabilidade e promove encontros a cada dois anos (O'GORMAN *et al.*, 2019, p. 436). A ANPPAS, desde 2011, assumiu a responsabilidade editorial da revista *Ambiente & Sociedade*, fundada em 1997 com o suporte administrativo do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam). Vinculado à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o Nepam possui um programa de doutorado que aproxima as

áreas das ciências biológicas e sociais em busca da reflexão e da pesquisa ambiental.

Dentre as mais variadas disciplinas que contribuem com as Humanidades Ambientais, o papel da História, conforme se pode observar na obra, não está em só fornecer exemplos, mas em contribuir com análises sobre temas-chave, como industrialização e imperialismo. A partir desses momentos, acelerou-se a extração de recursos naturais, o consumo, a poluição, o crescimento populacional, a extinção de espécies e o aquecimento global (2017, p. 2, 3). Embora Nye e Emmett tenham enfatizado esses momentos históricos, relacionado com a degradação ambiental, é importante salientar que é possível realizar pesquisa histórica sobre qualquer momento do passado em que houve impacto humano na natureza, tenha ele degradado ou conservado (COLACIOS, 2017, p. 15).

A obra, em contrapartida, traz diversos conceitos que podem contribuir para pesquisas históricas em geral e não só para as que lidam com questões ambientais. São exemplos: justiça ambiental (*environmental justice*), ecoracismo (*ecoracism*), decrescimento (*degrowth*) e localização (*localization*). Os dois primeiros são importantes aos estudos sobre minorias étnicas e de classe, que são altamente impactados pela degradação ambiental. No contexto americano, mas não só, grupos que dependem do ecossistema para sua subsistência se viram afetados pela poluição e pelos resíduos perigosos. Nas cidades, geralmente, os descartes de lixo são localizados em comunidades de afro-americanos, pobres, e outros grupos em desvantagem (2017, p. 17).

Já *degrowth* remete à consciência de que o progresso e o crescimento econômico não se desvinculam da poluição e do desperdício. Assim, deve-se buscar a diminuição do que antes entendíamos como avanço, como o consumo de energia e de produtos industriais, lixo, intensidade de carbono e, até mesmo, a taxa de nascimentos. Isso não significa, necessariamente, perda na qualidade de vida, mas em uma mudança de paradigma. Finalmente, o termo *localização* é apresentado como oposto à globalização e uma

resposta ao Antropoceno. A noção é baseada em modos de viver com menos desperdícios e consumindo produtos e alimentos locais (2017, p. 118).

Conforme os autores sublinharam, todas as possíveis soluções não se aplicam para todos os lugares e precisam ser pensadas considerando contextos específicos. Isso também serve para a utilização de conceitos, até porque partes dos problemas sociais e ambientais da contemporaneidade vieram a partir de violentas supressões de outros modos e saberes de vida. Por outro lado, é necessário que as discussões ambientais ocorram também em tons globais. É importante problematizar, por exemplo, que enquanto alguns países e cidades se autodenominam "verdes", na verdade exportam lixo para economias em emergência ou se valem de matérias-primas extraídas e de tecnologia produzida em locais que poluem. Esse tipo de "sustentabilidade" e crescimento é, na verdade, dentro de uma perspectiva global, insustentável (2017, p. 124-125).

O livro, assim, traz aos historiadores que se interessam pelo meio ambiente uma discussão epistemológica a respeito das mudanças nas áreas de humanidades para a compreensão do meio ambiente, o que é importante porque muitos pesquisadores de humanidades, muitas vezes, precisam se legitimar diante daqueles que não veem espaço do campo nas discussões ambientais. Outra contribuição é a atualização da agenda ambiental, ou seja, o historiador ambiental pode se atualizar sobre os grandes temas que têm movimentado a discussão sobre meio ambiente. Assim, partir do presente, pode-se formular questões sobre o passado.

Ademais, atualmente, cresce cada vez mais a cobrança de se explicitar o papel social de cada pesquisa científica para a sociedade contemporânea. Ora, no que tange à História Ambiental, os resultados de suas pesquisas somados a outras áreas que estudam o meio ambiente só tendem a se fortalecer. Um exemplo a se citar é o combate aos agrotóxicos: iniciativas que tragam questões como o histórico desses insumos, a literatura crítica a eles, a questão do poder político e econômico envolvido na produção, na comercialização

e no uso dessas substâncias aliadas a dados; experiências e conhecimentos que provam que a agroecologia é possível, mesmo em dimensões nacionais, só potencializam a luta contra a utilização desses produtos.

Por fim, ao terminar a obra, o leitor brasileiro entrará em contato com algumas temáticas discutidas em outros países e poderá se perguntar se é válido investir no campo interdisciplinar sobre questões ambientais no País, não ignorando como ele impactaria as identidades de cada disciplina que busca congrega. De todo modo, o livro expressa bem os seus argumentos e cumpre o objetivo de apresentar as principais temáticas e contribuições das Humanidades Ambientais.

Referências

BARTOSCH, Roman. The environmental humanities. A critical introduction. *Green Letters*, London, v. 23, p. 1-3, mar. 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14688417.2019.1586150>. Acesso em: 27 jul. 2020. <https://doi.org/10.1080/14688417.2019.1586150>.

COLACIOS, Roger Domenech. "Os meios ambientes da História Ambiental brasileira: pela abertura da caixa-preta." *História Revista*, Goiânia, v. 22, p. 6-22, 2017. <https://doi.org/10.5216/hr.v22i2.47142>.

FERRI, Gil Karlos. "História Ambiental: historiografia comprometida com a vida". *Café História*, [s. l.], p. 1-8, 04 abr. 2017. Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/historia-ambiental-historiografia-comprometida-com-a-vida/#_ftn6. Acesso em: 26 jul. 2020.

O'GORMAN, Emily; VAN DOOREN, Thom; MÜNSTER, Ursula; ADAMSON, Joni; MAUCH, Christof ; SÖRLIN, Sverker; ARMIERO, Marco; LINDSTRÖM, Kati; HOUSTON, Donna; PÁDUA, José Augusto; RIGBY, Kate; JONES, Owain; MOTION, Judy; MUECKE, Stephen; CHANG, Chia-Ju; LU, Shuyuan; JONES, Christopher; GREEN, Lesley; MATOSE, Frank; TWIDLE, Hedley; SCHNEIDER-MAYERSON, Matthew; WIGGIN, Bethany; JØRGENSEN, Dolly. Teaching the Environmental Humanities. *Environmental Humanities*, v. 11, n. 2, p. 427-460, 2019. <https://doi.org/10.1215/22011919-7754545>.

Bianca Letícia de Almeida

Mestranda em História pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em Guarulhos, SP, Brasil.

Endereço para correspondência

Bianca Letícia de Almeida
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Estrada do Caminho Velho, 333, Prédio Arco, sala 33
Jd. Nova Cidade, 07252312
Guarulhos, SP, Brasil